

# Estudo Técnico Preliminar 67/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 086880/2024-46

## 2. Descrição da necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como escopo analisar a viabilidade da contratação de empresa especializada na execução de obras de engenharia para realização da construção da Unidade II do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) da Universidade Federal de Pernambuco. A obra compreende uma área total de intervenção de aproximadamente 103,8 m<sup>2</sup>. A contratação planejada se dará com fornecimento de mão de obra, material, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e equipamentos necessários à execução dos serviços.

A necessidade da obra se dá em virtude da doação de terreno, realizada pela Prefeitura Municipal da Vitória e de já possuímos todo o material necessário para implantação da Unidade Escola de Saúde Interprofissional, adquiridos com recursos de emenda parlamentar, no ano de 2023. Os projetos de aulas, extensão e pesquisas previstos para o local, estão com o planejamento concluído, mas sem local para seu funcionamento. Tal benfeitoria proporcionará ampliação de espaços mais adequados, seguros, tecnológicos e acessíveis para oferta de ensino, pesquisa, extensão, melhorando a interação entre a Universidade e a comunidade do alto do reservatório;

O Centro Acadêmico da Vitória possui um longo histórico de discussões e ações interprofissionais, frutos de diversas aprovações em editais específicos, bem como de emendas parlamentares. As atividades interprofissionais são desenvolvidas no CAV desde o ano de 2010, coordenados por diversos professores de todos os cursos de graduação, entretanto sem espaço para melhor interação entre alunos, professores e comunidade;

Na Unidade de Saúde Interprofissional Escola, será possível também o desenvolvimento de atividades do projeto farmácia viva e horta inclusiva, projetos contemplados recentemente com emendas parlamentares que permitem a ação dos projetos em diversos municípios do Estado, com capacitação de agentes de saúde para atuarem nesta área. Vale salientar que não há atualmente espaço na Unidade I para garantir as atividades dos projetos e atividades de ensino na área;

Ademais, conforme ressaltado em manifestação endereçada à SPO pelo Diretor do CAV José Antônio dos Santos, a construção da Unidade II será essencial para melhorar a relação entre espaço disponível e servidores e alunos que atuam no CAV. Em análise feita pela COORDENAÇÃO DE CADASTRO DE BENS IMÓVEIS (CCBI/SPO) foi observado que os docentes ocupam área abaixo do padrão estipulado pelo Plano de Uso e Ocupação da UFPE, que é de 7,00 m<sup>2</sup>/professor. Segundo os cálculos demonstrados na análise supracitada, a área per capita equivale a 3,00 m<sup>2</sup>/professor. De acordo com as diretrizes fixadas no referido Plano e as informações parciais recebidas, o uso dos gabinetes de docência não atende aos requisitos de

área, porque existe uma carência de espaço (entre 7 e 9 metros) por professor, mesmo assim, os docentes utilizam os gabinetes para as atividades de orientação e reuniões das atividades interprofissionais no Centro;

Em relação às atividades de salas de aula, a média geral de área per capita por aluno em salas de aula é de 0,52 m<sup>2</sup>. De acordo com os parâmetros do Plano de Uso e Ocupação, este valor encontra-se abaixo das metragens ideais, que são acima de um (01) metro quadrado por aluno. Essa falta de espaço adequado apresenta um risco para os alunos e dificulta o processo de ensino-aprendizagem. Com a construção do novo espaço será possível mitigar os problemas de falta de espaço para as atividades de ensino e prover melhores condições para concretização das funções finalísticas do Centro Acadêmico de Vitória da UFPE.

O programa arquitetônico da Unidade II do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) da Universidade Federal de Pernambuco compreende a construção da guarita de acesso, a implantação e reforma do container que abrigará a Unidade Escola Interprofissional em Atenção Primária, a reforma de trecho do muro de delimitação do terreno e a instalação de grade de delimitação em outro trecho do terreno. As novas edificações serão compostas, principalmente, pelos seguintes ambientes:

#### I. Guarita de acesso

Guarita

WC

Circulação

Acesso de pedestres

#### II. Container

Sala de espera

Consultório 1

Consultório 2

Sala de curativo

Sala de vacina

#### III. Reforma de trecho do muro

#### IV. Instalação de gradil

A contratação em tela possui os seguintes objetivos:

Proporcionar a ocupação de terreno doado pela Prefeitura Municipal de Vitória com a construção de espaço destinado à Unidade Escola de Saúde Interprofissional respeitando legislação ANVISA vigente, disponibilizando desta forma um espaço de excelência no desenvolvimento de pesquisas e extensão para a comunidade acadêmica bem como sua interação com a comunidade do Alto do Reservatório;

Construção de elemento de controle de acesso físico à nova unidade do Centro Acadêmico de Vitória onde futuramente funcionarão o Restaurante Universitário e o edifício destinado à Farmácia Viva;

Dotar à nova unidade do Centro Acadêmico de elementos básicos de infraestrutura tais como subestação aérea e sistema final de esgoto sanitário.

Por fim, aplicam-se a esta contratação os seguintes instrumentos normativos e normas técnicas:

### **Licitações e contratos administrativos**

1. Lei Federal nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
2. Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento e Gestão (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional);
3. Instrução Normativa SEGES nº 58/2022 do Ministério da Economia (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital);
4. Decreto federal nº 9.507/2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União).

### **Proteção ambiental**

1. Resolução CONAMA 307/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
2. Decreto nº 7.746/2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal);
3. IN 01/2010 (Dispões sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, serviços ou obras pela Administração Pública Federal).

### **Acessibilidade**

NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos);

NBR 16537 (Acessibilidade-Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação).

### **Cabeamento Estruturado**

NBR 14565 (Cabeamento estruturado para edifícios comerciais);

NBR 16415 (Caminhos e espaços para cabeamento estruturado).

### **Canteiro de obras**

NR 1 (Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais);

NR 4 (Serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho);

NR 5 (Comissão interna de prevenção de acidentes);

NR 6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI);

NR 7 (Programa de controle médico de saúde ocupacional);

NR 8 (Edificações);

NR 9 (Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos);

NR 10 (Segurança em instalações e serviços em eletricidade);

NR 11 (Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais);

NR 12 (Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos);

NR 17 (Ergonomia);

NR 18 (Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção);

NR 24 (Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho);

NR 26 (Sinalização de segurança);

NR 28 (Fiscalização e penalidades).

### **Estruturas de concreto armado**

NBR 14931 (Execução de estruturas de concreto – Procedimento);

NBR 6118 (Projeto de estruturas de concreto - Procedimento);

NBR 6122 (Projeto e execução de fundações).

**Instalações elétricas**

NBR 5410 (Instalações elétricas de baixa tensão).

NBR 14039 (Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV).

**Instalações hidrossanitárias**

NBR 8160 (Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução);

NBR 5626 (Instalação predial de água fria).

**Sistema de ar-condicionado**

NBR 16655 (Instalação de sistemas residenciais de ar-condicionado – *Split* e compacto)

**Outras normas técnicas aplicáveis**

Plano Diretor Urbano do Município de Vitória de Santo Antão (Lei 9.271/2018).

Código de posturas urbanas do município de Vitória de Santo Antão.

Todas as normas técnicas aplicáveis à adaptação de containers ao uso arquitetônico.

Ressaltamos que o rol de instrumentos normativos apresentados nessa relação é meramente exemplificativo, sendo de responsabilidade da contratada a observância de outras legislações e /ou normas técnicas aplicáveis à execução do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, sejam elas nacionais ou internacionais.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS	CARLOS HENRIQUE LOPES FALCÃO

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

4.1. A empresa licitante deverá estar regularmente inscrita no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), bem como o(s) profissional(is) designado(s) como responsável(eis) técnico(s);

4.2. Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de relações trabalhistas, acidentes no trabalho, tributos, previdência social, e todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do contrato;

4.3. A execução do contrato não tem o condão de estabelecer qualquer vínculo empregatício entre os funcionários da contratada e administração, sendo proibida qualquer tipo de relação que caracterize qualquer forma de pessoalidade e/ou subordinação direta, tais como;

(a) Possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada;

(b) Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

(c) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

(d) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

(e) Definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação /experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente;

(f) Conceder aos trabalhadores da contratada direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros;

4.4. Ao elaborar sua proposta, a licitante deverá atentar para a realidade do mercado local, devendo incluir todas as despesas necessárias, como materiais, impostos, taxas, fretes, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas relacionadas à execução da obra;

4.5. Será de responsabilidade da contratada o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios, nos quantitativos estimados para a perfeita execução do serviço;

4.6. A contratada deverá executar a obra de acordo com as determinações e especificações dos projetos arquitetônicos e demais projetos complementares, devendo observar as plantas, detalhes, especificações, e quaisquer outras informações disponibilizadas;

4.7. A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução da obra;

4.8. A contratada deverá disponibilizar aos trabalhadores da obra todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, de acordo com a NR 6;

4.9. Caso a contratada opte por fornecer alimentos aos funcionários no próprio canteiro de obras, será de sua inteira responsabilidade garantir as condições de salubridade e higiene exigidas pelos órgãos responsáveis;

4.10. A contratada deverá priorizar o emprego de mão de obra local, contribuindo, assim, com a geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento sustentável;

4.11 A contratada deverá, antes de realizar qualquer serviço, confirmar as cotas constantes nos projetos executivos de arquitetura e complementares de engenharia. Em caso de divergências, o profissional projetista deverá ser acionado para deliberar a respeito de eventuais alterações necessárias.

4.12. As obrigações da Contratante e da Contratada serão, posteriormente, integralmente previstas no Projeto Básico e no Termo de Referência da contratação.

## **5. Levantamento de Mercado**

No âmbito da administração pública federal é comum a contratação de empresas de engenharia para construção de novas edificações e reformas de edificações existentes, com o objetivo de dotar os órgãos públicos da infraestrutura adequada para o desempenho de suas funções.

Entretanto, é imprescindível que os gestores públicos, ao planejar a construção ou reforma de qualquer edificação verifiquem se essa é, de fato, a solução mais viável do ponto de vista do interesse público, bem como se há, na região, empresas com capacidade técnica e operacional para executar a obra no padrão desejado.

Nesse sentido, diante do exposto no item 2 (Descrição da Necessidade) deste documento, a contratação de empresa de engenharia para execução da realização da construção da Unidade II do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) da Universidade Federal de Pernambuco é uma medida imprescindível ao atendimento das necessidades identificadas pela equipe da Superintendência de Projetos e Obras (SPO).

Ademais, a realização da construção da Unidade II do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) da Universidade Federal de Pernambuco não é uma obra dotada de maiores complexidades, podendo ser facilmente executada pelas empresas e profissionais presentes na região.

A esse respeito, muito embora o Projeto Básico desta contratação possa, futuramente, impor requisitos de qualificação técnicas aos quais os licitantes deverão atender, tais exigências não serão um empecilho à ampla competitividade do certame.

Além disso, os projetos foram desenvolvidos em fiel observância às normas técnicas e legislações vigentes, o que assegura que a solução desenvolvida se adequa às melhores práticas construtivas contemporâneas.

Ainda, ressalta-se que todos os insumos utilizados e serviços a serem realizados foram orçados por meio de tabelas oficiais, como a SINAPI, e cotações com fornecedores atuantes no mercado local.

Portanto, diante do exposto, a contratação de empresa de engenharia para realização da construção da Unidade II do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) da Universidade Federal de Pernambuco, mostra-se como uma solução viável e adequada ao atendimento dos objetos apresentados no item 2 (descrição da necessidade) deste documento.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução desenvolvida na presente contratação trata-se da execução de obra, definida pelo artigo 6º, XII, da lei 14.133 /21 como “toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;”;

6.2. Trata-se, também, de obrigação de natureza não continuada ou contratada por escopo, definida pelo Art. 6º, XVII, da Lei 14133/21, do Ministério do Planejamento, como aquelas que “impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto”;

6.3. Além disso, o objeto da contratação desse Estudo Técnico Preliminar é perfeitamente passível de execução indireta, posto que não incide nas vedações previstas no artigo 3º do decreto nº 9.507/2018;

6.4. Ademais, o regime de execução a ser adotado será o de empreitada por preço unitário, por se tratar de construção de nova edificação em espaço físico remanescente após demolição de pequenas construções existentes. Assim sendo, fatos supervenientes podem ser identificados durante a execução do objeto, gerando variações nos quantitativos determinados em projeto;

6.5. No que se refere ao tempo de duração da obra, estima-se que será necessário o período de 120 dias;

6.6. Por fim, a contratação de empresa para execução dos serviços tratados neste documento não exige dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que não se fará necessária a alocação contínua e permanente dos empregados nas dependências do órgão.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Conforme projeto executivo de arquitetura elaborado pela arquiteta Priscila Oliveira, a obra, cuja área de construção é estimada em 103,80 m<sup>2</sup>, conterà, em síntese, as seguintes intervenções:

### 7.1.1 Muro e área externa

#### 7.1.1.1 Pisos

Construção de meio fio em concreto pré-moldado, rejuntado com argamassa de cimento e areia.

Aplicação de revestimento em piso intertravado de concreto assentado em forma de espinha de peixe sobre coxim de areia e cimento.



Pavimentação em concreto asfáltico, conforme projeto de pavimentação.

#### 7.1.1.2 Paredes

Construção de muro novo em alvenaria e aplicação de chapisco, massa única e acabamento em textura base acrílica e pintura em látex acrílico.

Requalificação de muro existente composta por aplicação de massa única e acabamento em textura base acrílica e pintura em látex acrílico.

#### 7.1.2 Container

##### 7.1.2.1 Coberta

Instalação de isotelha trapezoidal em aço galvalume, PIR AP, espessura 50mm, com acabamento inferior em alumínio pré-pintado.

Instalação de estrutura metálica composta por perfis tipo “U” enrijecido de aço galvanizado, dobrado, dimensões 300x75x20mm, E:3,00mm.

Instalação de estrutura metálica composta por perfis tipo “U” enrijecido de aço galvanizado, dobrado, dimensões 150x50x20mm, E:3,00mm.

Instalação de estrutura metálica composta por dois perfis tipo “U” enrijecidos de aço galvanizado, dobrados, dimensões 150x50x20mm, E:3,00mm.

##### 7.1.2.2. Piso

Aplicação de revestimento vinílico homogêneo com tratamento de superfície em PUR reforçado, formato manta, espessura 2mm.

Aplicação de rodapé hospitalar, em resina de PVC, para piso vinílico.

Aplicação de soleira em granito natural polido.

Aplicação de porcelanato técnico, superfície natural, com rejunte em argamassa tipo cimentcola flexível.

Construção de rampa e piso em concreto simples, com aplicação de revestimento de alta resistência moldado *in loco*.

Aplicação de rodapé em porcelanato técnico, superfície natural, com rejunte em argamassa tipo cimentcola flexível.

Instalação de piso tátil de alerta em placa pré-moldada de concreto.

#### 7.1.2.3. Paredes

Realização de lavagem do container, com remoção e tratamento de corrosão, preparação de superfície e pintura *air less*.

Instalação de divisória acústica composta por quatro chapas em gesso acartonado, com preenchimento em painel da lã de rocha ou lã de pet.

Aplicação de revestimento em massa corrida base acrílica e pintura em látex acrílico.

Construção de muro novo em alvenaria, com aplicação de chapisco, massa única, acabamento em textura base acrílica e pintura em látex acrílico.

Aplicação, em muro existente, de massa única, acabamento em textura acrílica e pintura em látex acrílico.

#### 7.1.2.4 Teto

Instalação de forro fixo em placa de gesso acartonado, com estrutura de fixação em gesso acartonado.

Aplicação de isolamento em lã de rocha espessura 2'.

#### 7.1.2.5. Portas, portão e janelas

Instalação de portas, portão e janelas conforme quadro de esquadrias e pranchas de detalhes previstos no projeto executivo de arquitetura.

#### 7.1.2.6. Outros

Construção de bloco de concreto armado FCK igual ou superior a 25Mpa, conforme projeto estrutural.

Instalação de corrimão em tubo de aço galvanizado Ø 1 1/2", espessura 1,5mm, acabamento em pintura esmalte sintético, com aplicação de proteção antiferruginosa.

Construção de guia de balizamento em concreto simples com superfície em pintura de tinta acrílica.

### 7.1.3 Guarita de acesso

#### 7.1.3.1 Coberta

Instalação de telha metálica trapezoidal TP-100, i:5%, espessura 0,50mm.

Construção de algeroz em concreto com aplicação de solução de silicone hidrorrepelente.

Construção de chapim em concreto aparente fundido *in loco*, com aplicação de solução de silicone hidrorrepelente.

Impermeabilização de laje, pilares e vigas em manta a base de asfalto modificado com polímeros estruturada com não tecido em poliéster, inclusive regularização da superfície e proteção mecânica.

Instalação de estrutura metálica composta por perfis tipo “U” enrijecido de aço galvanizado, dobrado, dimensões 150x60x20mm, E:3,00mm.

Instalação de cumeeira para telha metálica trapezoidal, largura 25cm, espessura 0,50mm.

Instalação de respingador embutido em perfil “U” de alumínio anodizado.

#### 7.1.3.2 Piso

Aplicação de revestimento em soleira em granito natural polido.

Aplicação de revestimento em porcelanato técnico, superfície natural, com rejunte em argamassa tipo cimentcola.

Aplicação de revestimento no rodapé em porcelanato superfície natural, com rejunte em argamassa tipo cimentcola.

Construção de meio fio em concreto pré-moldado, rejuntado com argamassa de cimento e areia.

Aplicação de revestimento em piso intertravado de concreto assentado em forma de espinha de peixe sobre coxim de areia e cimento.

Pavimentação em concreto asfáltico sobre texto de paralelepípedo existente.

Instalação de piso tátil de alerta em borracha sintética pastilhado.

Aplicação de solo natural com plantio de grama tipo esmeralda em placas.

Aplicação de fita antiderrapante tipo *Safety Walk*.

#### 7.1.3.3 Parede

Aplicação de chapisco, massa única e revestimento em massa corrida base acrílica e pintura em látex acrílico.

Construção de muro novo em alvenaria com aplicação de chapisco, massa única e acabamento em textura base acrílica e pintura em látex acrílico.

Aplicação de revestimento em porcelanato superfície polida, com aplicação de rejunte em argamassa flexível tipo cimentcola.

Aplicação de revestimento em pastilha cerâmica tipo A, acabamento em esmalte reativo, com assentamento e rejuntamento em argamassa especial colante.

Aplicação, em muro existente, de massa única e acabamento em textura base acrílica e pintura em látex acrílico.

#### 7.1.3.4 Teto

Instalação de forro de gesso com acabamento em tinta acrílica antimoho.

Aplicação, em laje em concreto, de massa única e acabamento em massa corrida.

#### 7.1.3.5 Portas, portão e janelas

Instalação de portas, portão e janelas conforme quadro de esquadrias e pranchas de detalhes previstos no projeto executivo de arquitetura.

#### 7.1.3.6 Sanitários

Instalação de bancada em granito natural polido, incluindo testeira e respaldo.

Instalação de bacia sanitária em louça para caixa acoplada, incluindo assento plástico do tipo *slow close*.

Instalação de cuba de embutir oval grande em louça.

Instalação de torneira metálica de mesa com fechamento automático para lavatório.

Instalação de ducha higiênica, com registro e derivação.

Instalação de *dispenser* para papel higiênico.

Instalação de *dispenser* para papel toalha.

Instalação de *dispenser* para sabonete líquido.

Instalação de acabamento para registro de gaveta.

#### 7.1.3.7 Outros

Instalação de corrimão em aço inox AISI 304 com acabamento escovado espessura 1,5mm.

#### 7.1.4 Grade

Instalação de grade composta por montantes em tubo, barra chata em ferro galvanizado, cantoneira perfil “L” em ferro galvanizado e pintura em esmalte sintético acabamento alto brilho.

Pintura de base com tinta látex acrílica.

7.2 A referida obra é composta pelos seguintes ambientes:

#### 7.2.1 Container

Consultório 1, com área de intervenção prevista de 6,66 m<sup>2</sup>.

Consultório 2, com área de intervenção prevista de 6,66 m<sup>2</sup>.

Sala para curativo, com área de intervenção prevista de 5,87 m<sup>2</sup>.

Sala para vacina, com área de intervenção prevista de 6,66 m<sup>2</sup>.

Sala de espera, com área de intervenção prevista de 36,83 m<sup>2</sup>.

#### 7.2.2 Guarita

Acesso pedestres, com área de intervenção prevista de 12,08 m<sup>2</sup>.

Guarita, com área de intervenção prevista de 7,28 m<sup>2</sup>.

WC, com área de intervenção prevista de 3,12m<sup>2</sup>.

Circulação, com área de intervenção prevista de 3,18 m<sup>2</sup>.

7.3 Além das intervenções indicadas no projeto de arquitetura, a contratação ora planejada também compreenderá os materiais e serviços indicados nos projetos executivos complementares de estruturas de concreto, instalações hidrossanitárias, drenagem de ar-condicionado, instalações elétricas e cabeamento estruturado.

7.4 Por fim, insta esclarecer que todas as intervenções a serem realizadas, bem como seus respectivos quantitativos, estarão integral e detalhadamente previstos no projeto executivo de arquitetura e na planilha orçamentária anexados ao projeto básico da contratação.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.073.529,86

Estima-se que para a contratação seja necessário, conforme orçamento elaborado pela Divisão de Orçamento da SPO, o montante de 1.073.529,86 (um milhão, setenta e três mil, quinhentos e vinte e nove reais e oitenta e seis centavos).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Consoante a súmula 247 do Tribunal de Contas da União, o objeto de uma licitação deve ser dividido em tantos itens quanto forem possíveis, de modo a ampliar a competitividade do processo licitatório:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de prejuízo para o conjunto ou complexo propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Entretanto, se por um lado o parcelamento da contratação deve ser a regra nas licitações públicas, importante ressalva é feita para aqueles casos em que, pela natureza do objeto da contratação, sua divisão possa acarretar algum prejuízo técnico ao desenvolvimento das atividades ou até mesmo prejudicar o controle sobre a execução do objeto contratado.

Em tais situações, pode ocorrer, inclusive, uma maior dificuldade no estabelecimento do nexos de causalidade entre condutas e eventuais prejuízos causados, obstando, assim, a atribuição de responsabilidades. Nesse sentido, adverte o Tribunal de Contas da União:

É preciso ter cuidado para que, quando do parcelamento, não haja dificuldade futura para atribuição de responsabilidade por eventuais defeitos de construção. Por exemplo, no caso específico de uma edificação, se surgem trincas nas paredes do último andar, o executor da alvenaria pode querer responsabilizar quem ergueu a superestrutura que, por sua vez, pretende responsabilizar o executor das fundações que, por seu turno, alega que a causa do problema foi a execução inadequada da proteção térmica da cobertura.

(Brasil. Tribunal de Contas da União. Obras públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras públicas / Tribunal de Contas da União. – 2. ed. Brasília: TCU, SECOB, 2009)

De tal forma, diante da natureza do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, qual seja, execução de obra de engenharia, é razoável que a eventual contratação a ser realizada não seja parcelada, diante da maior necessidade de desenvolvimento integrado do conjunto de atividades, devendo o objeto da licitação ser adjudicado a uma única empresa, de modo a permitir que o gerenciamento da execução da obra e o do contrato administrativo se desenvolvam de forma mais efetiva.

Dito isto, ainda é importante ressaltar que a concentração da solução não tem o condão de inibir a competitividade do eventual procedimento licitatório a ser instaurado, tendo em vista que há, no mercado local, uma diversidade de empresas aptas a executar, na íntegra, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não se vislumbra, até o presente momento, outras contratações correlatas ao objeto do presente Estudo Técnico Preliminar.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

De acordo com o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2027, a UFPE possui como missão “promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais” e possui, como visão, “Ser uma universidade de classe mundial, comprometida com a transformação e desenvolvimento da humanidade”. Nessa perspectiva, a fim de atender tal mister, possui como objetivo estratégico “ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da universidade”. Dentro deste objetivo, possui como ação estratégica “restaurar, reformar, ampliar, atualizar e construir laboratórios, salas de aula, com estrutura para teleconferência - e administrativa, em todos os campi”.

O item demandado consta da listagem do Plano de Contratações Anual da UFPE – PCA 2025, no item **368**.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Espera-se que, após a conclusão da obra, a construção da Unidade 2 traga os seguintes benefícios para o Centro Acadêmico de Vitória (CAV):

I. Haja a ampliação dos espaços físicos ofertados para ações de ensino, pesquisa e extensão, ampliando, assim, os índices *per capita* de espaço ofertado para alunos em salas de aula e professores, bem como seja ofertado espaço para implementação dos projetos Farmácia Viva e Horta Inclusiva.

II. Seja iniciado o processo de ocupação do espaço do antigo zoológico, doado pela prefeitura da cidade da Vitória de Santo Antão à UFPE.

### **13. Providências a serem Adotadas**

No que se refere à adequação do ambiente do órgão, temos que:

I. A Universidade Federal de Pernambuco dispõe de servidores qualificados para o gerenciamento do contrato, bem como para realizar as ações de fiscalização da execução da obra, não sendo necessárias maiores intervenções nesse sentido.

### **14. Possíveis Impactos Ambientais**

A realização da construção da Unidade II do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) da Universidade Federal de Pernambuco produzirá resíduos sólidos, sendo tal fato comum em obras de engenharia realizadas em nossa região. Entretanto, é imperativo que estes resíduos sejam armazenados e descartados adequadamente, a fim de evitar a proliferação de animais como ratos e baratas, contaminação do solo e águas superficiais e alteração da paisagem, dentre outros impactos ambientais. Para tanto, recomenda-se as seguintes medidas:

A. Observar as determinações da Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

B. Observar o manual Resíduos da Construção Civil elaborado pela Diretoria de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Pernambuco.

C. Destinar adequadamente os resíduos produzidos, conforme previsto na Instrução Normativa Nº 007/CGM/2021 e demais legislações aplicáveis emitidas pelo Município de Vitória de Santo Antão-PE, apresentando à fiscalização do contrato a comprovação dos serviços realizados.

D. Racionalizar o processo construtivo, por meio soluções construtivas adequadas pautadas na redução da produção de resíduos, devendo, para tal, observar as técnicas construtivas e materiais empregados no projeto arquitetônico, nos projetos complementares e nos memoriais descritivos.

A contratada deverá, também, executar a atividade buscando sempre mitigar os impactos ambientais decorrentes da construção, devendo, para isso, dentre outras ações:

A. Utilizar peças metálicas, reutilizáveis e recicláveis, sempre que necessário o escoramento de formas de estrutura em concreto.

B. Utilizar madeira ambientalmente certificada, sempre que o uso de tal material for necessário em elementos como suporte da cobertura, esquadrias, portas, dentre outros.

C. Destinar adequadamente os efluentes produzidos durante a construção da obra, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.

D. Adotar práticas sustentáveis, como as previstas no art. 4º do Decreto 7.746, especialmente:



- (a) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.
- (b) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como, água e energia.
- (c) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de todo o exposto no presente documento, após a análise da equipe de Estudo Técnico Preliminar, chegou-se à conclusão que a contratação é viável e necessária, nos termos aqui propostos.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 48 de 09 de maio de 2024, da Diretoria de Licitações e Contratos da UFPE.

**NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI**

Membro da equipe de planejamento de contratação

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 48 de 09 de maio de 2024, da Diretoria de Licitações e Contratos da UFPE.

**MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA**

Membro da equipe de planejamento de contratação

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 48 de 09 de maio de 2024, da Diretoria de Licitações e Contratos da UFPE.

**GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO**

Membro da equipe de planejamento de contratação





Emitido em 02/04/2025

**ESTUDO TECNICO PRELIMINAR Nº 12/2025 - DPP (11.02.04)**

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 02/04/2025 15:26 )  
GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO  
CHEFE  
DE SPO (11.02.06)  
Matrícula: ###601#3

(Assinado digitalmente em 03/04/2025 08:47 )  
MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA  
DIRETOR  
DPP (11.02.04)  
Matrícula: ###330#6

(Assinado digitalmente em 02/04/2025 15:24 )  
NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI  
ARQUITETO E URBANISTA  
CA SPO (11.02.05)  
Matrícula: ###074#8

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **12**, ano: **2025**, tipo:  
**ESTUDO TECNICO PRELIMINAR**, data de emissão: **02/04/2025** e o código de verificação: **4d856a4ebe**